

A CERÂMICA TUPINAMBÁ NA SERRA DE SANTANA-RN: A CULTURA DA FLORESTA TROPICAL NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Fábio Mafra
Mônica Nogueira

RESUMO

Este artigo apresenta os sítios arqueológicos identificados na região da Serra de Santana-RN durante os anos de 2008 e 2009 e classificados como pertencentes à Tradição Policroma Amazônica, subtradição Tupinambá.

Palavras-chaves: Tradição Policroma Amazônica; Cerâmica Tupinambá; Serra de Santana.

ABSTRACT

This work presents the archeological sites identified in the Serra de Santana, RN during the years 2008 and 2009 and classified as belonging to the Policroma Amazonica Tradition, Tupinambá subtradition.

Key words: Policroma Amazonica Tradition; Tupinambá subtradition; Serra de Santana.

INTRODUÇÃO

A Área Arqueológica do Seridó caracteriza-se pela presença de um padrão de assentamento já registrado em outras áreas do Nordeste brasileiro: a ocupação de abrigos sob-rocha por grupos de caçadores-coletores. Nesses sítios, os principais vestígios encontrados são registros rupestres e estruturas funerárias, sendo a maioria destes compostos por pinturas e/ou gravuras rupestres. Contudo, apenas poucos abrigos possuem condições físicas propícias para uma ocupação humana mais prolongada. Sendo assim, tais características registradas conferem uma dimensão simbólica ao padrão de assentamento da região (MARTIN, 2008).

Os registros rupestres, devido à sua maior representatividade, foram utilizados como principais parâmetros para a classificação cultural, em associação aos componentes culturais evidenciados nos sítios escavados. Assim, foram identificadas três tradições gráficas: a Tradição Nordeste, a Tradição Agreste e a Tradição Itacoatiara (MARTIN, 2008; GUIDON, 1988; PESSIS, 1988; CAVALCANTI, 1982). A delimitação dessas tradições possibilitou uma organização crono-cultural para os sítios com grafismos rupestres, a partir da escavação de dois sítios-cemitério, com idades estimadas em ± 10.000 anos: os sítios arqueológicos Pedra do Alexandre — em Carnaúba dos Dantas — e Mirador do Boqueirão, em Parelhas.

Quanto ao registro de sítios lito-cerâmicos, tem-se apenas o sítio arqueológico Baixa do Umbuzeiro, que, com idade de ± 3.900 anos BP, insere-se numa cronologia holocênica e em um contexto arqueológico que coincide com a dispersão dos grupos ceramistas e horticultores (BROCHADO, 1984). Esse sítio se caracteriza como sendo uma ocupação temporária em de terraço fluvial, composto por estruturas circulares de quartzo piro-fraturados e artefatos líticos e cerâmicos associados a essas estruturas (BORGES, 2010).

Nesse contexto, o registro de sítios lito-cerâmicos relacionados à Cerâmica Tupinambá (BROCHADO, 1984; SCATAMACCHIA, 1990) oferece uma nova perspectiva para o estudo da ocupação humana da área arqueológica do Seridó. Tais sítios foram localizados no topo da Serra de Santana, nos municípios de Tenente Laurentino da Cruz, São Vicente e Florânea¹ — Rio Grande do Norte.

A tradição ceramista denominada *Tupi-guarani* foi estabelecida primeiramente como uma classificação para o estudo dos vestígios arqueológicos registrados ao longo de toda a costa atlântica do sul da América. A utilização do termo *tupi-guarani* teve como finalidade

descrever, datar, posicionar espacialmente e classificar um determinado grupo de registros arqueológicos com características comuns distribuídos em uma área abrangente (Pronapa, 1969).

Na década de 1980, influenciado pelas teorias elaboradas por Lathrap (1975) sobre a origem da cerâmica tupi, Brochado desenvolveu sua tese demonstrando uma continuidade no contexto arqueológico tupi, evidenciado pela relação entre a espacialidade da Tradição Tupi-guarani e a espacialidade das populações guaranis e tupinambás (BROCHADO, 1984). Por esse motivo, abandona a denominação pronapiana e propõe uma nova classificação para essa tradição ceramista: **Tradição Policroma Amazônica** e suas variantes regionais, as subtradições Guarani e Tupinambá.

No semiárido nordestino, o registro de sítios arqueológicos relacionados à cerâmica tupinambá, seria explicado por um processo de adaptação cultural às condições climáticas do ambiente após o século XVI. Entretanto, existe a possibilidade de que esses sítios estejam relacionados a períodos mais antigos de ocupação, quando o clima era mais úmido e permitia o estabelecimento de ambientes florestados (ALBUQUERQUE e VELEDA, 1991).

Na busca por um refinamento das classificações propostas pelo Pronapa para o estudo desses grupos, Scatamacchia (1990) utiliza o conceito de *território de domínio tribal* para o estudo da cerâmica tupinambá, através do qual procura definir o padrão de deslocamento espacial de um determinado grupo ao longo do ciclo anual. Francisco Noelli (1993) propõe o conceito de *território de domínio*, sem apresentar mudanças significativas no conceito já utilizado anteriormente por Scatamacchia.

Esse conceito remete a uma ideia de limites bem definidos, o que não se mostra aplicável na pesquisa arqueológica. A presença de fronteiras culturais bem determinadas, quase nunca é arqueologicamente verificável, e as áreas de intersecção e de uso comum de alguns dos recursos disponíveis são uma recorrência nas análises espaciais de assentamentos pré-históricos (BORGES, 2010). Logo, sua utilização se restringe a um contexto antropológico ou a um contexto arqueológico em que se dispõe de um amplo acervo bibliográfico sobre a etno-história dos grupos estudados. Na busca por um aprimoramento, propõe-se a utilização de domínio de uso territorial, que se enquadra em um contexto mais facilmente verificável através da pesquisa arqueológica (BORGES, 2010). Assim, pensar na utilização do espaço

consiste em pensar no uso de um território, ou de um mosaico de territórios, em função da sobrevivência do grupo. A escolha de um espaço na paisagem é restringido por limitações contextuais, que se relacionam diretamente com variáveis não culturais.

Nesse sentido, acreditamos que a utilização do conceito de domínio de uso territorial melhor se enquadra aos objetivos do presente trabalho, aproximando-se mais da realidade arqueológica encontrada. Esse refinamento conceitual, por sua vez, permitirá a delimitação de enclaves culturais na área arqueológica do Seridó.

A SERRA DE SANTANA-RN

Contexto Ambiental

A Serra de Santana está localizada na porção centro-ocidental do Estado do Rio Grande do Norte, entre os meridianos $36^{\circ}45'41''\text{W}$ e $36^{\circ}21'35''\text{W}$ e os paralelos $6^{\circ}10'57''\text{S}$ e $6^{\circ}16'32''\text{S}$. A mesma se insere na região semiárida do Seridó potiguar, formando a Microrregião de Serra de Santana, a qual é composta por sete municípios: Lagoa Nova (azul-claro), Bodó (branco), Santana dos Matos (lilás), Florânea (verde), Cerro Corá (laranja), São Vicente (amarelo) e Tenente Laurentino Cruz (azul-escuro) (Idema, 2003).

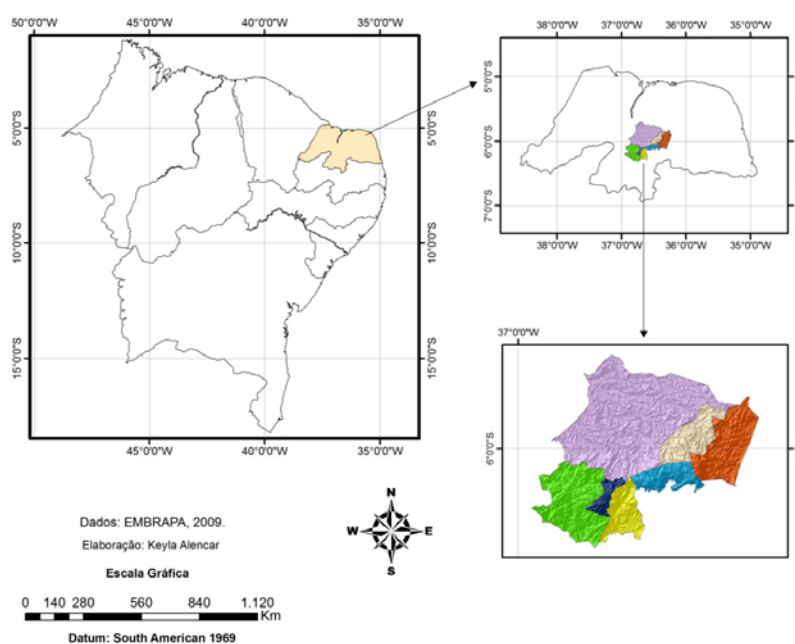


Figura 1: Mapa de Localização dos Municípios que compõem a Microrregião da Serra de Santana, Rio Grande do Norte. Fonte: NOGUEIRA, 2011.

A Serra de Santana está inserida na Formação dos Martins e representa um soerguimento da mesma, juntamente com os platôs de Portalegre e Martins. A mesma se caracteriza como testemunho de uma cobertura sedimentar mais extensa que foi erodida em tempos pretéritos (BARROS, 1998). Possui altitudes que normalmente ultrapassam os 600m e varia entre 500 e 800 m, apresentando feições de chapadões tabulares extensos, cujas encostas possuem forte declividade e erosão severa (SUDENE, 1971, 1972).

Essas características topográficas do relevo proporcionam um clima mais úmido e ameno, que se diferencia do entorno semiárido (MENEZES, 1999; BARROS, 1998). Caracterizado como Brejo Úmido de Altitude, possui precipitações pluviométricas de média anual de 800 mm (Idema, 2003).

A Serra de Santana é banhada pela Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas/Açu, que se estende por 17.498,50 km², possuindo uma média de pluviosidade anual em torno de 720 mm. Os principais tributários dessa bacia são os riachos: Bom Jesus, Cruzeiro, Pixoré, Cafuca e Pataxó. Todos esses riachos nascem nas cabeceiras da Serra de Santana, apresentando um padrão de drenagem intermitente. A ausência de recursos hidrológicos perenes na região da serra é compensada pelas altas taxas pluviométricas e pela existência de recursos hídricos subterrâneos, possibilitando a utilização do solo para a agricultura (Idema, 2003).

Na região, a dinâmica de uso dos solos é aproveitada pela pecuária extensiva de modo precário, com pequenas áreas de cultivo de fruticultura (fruta-do-conde (*Annona sp.*), melão (*Cucumis melo L.*), mamão (*Carica papaya*)), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), mandioca (*Manihot esculenta*) e alguma cultura de palma forrageira (*Opuntia cochenillifera*). A principal limitação ao uso agrícola dos solos está na falta de disponibilidade de recursos hídricos perenes e na susceptibilidade à erosão, que são em parte abrandados pelas taxas pluviométricas (Idema, 2003).

A vegetação nativa é composta basicamente pela floresta subcaducifólia, tendo seu estrato arbóreo aspecto pouco denso, apresentando pequeno porte e folhagem mais clara. A sua principal característica é o seu caráter semidecíduo, ou seja, parte dos seus componentes perdem as folhas durante a estação seca. Essa vegetação encontra-se instalada em zonas de altitudes elevadas, já que seu desenvolvimento é favorecido por climas menos secos, aparecendo nas principais áreas serranas do interior. Tais lugares constituem o que Ab'Saber

(1994) denominou de *refúgios ecológicos*, verdadeiras ilhas verdes em meio à caatinga. Devido ao intenso desmatamento que ocorre na região, essa vegetação tem sido suplantada por uma vegetação secundária (capoeiras), além de culturas de pastagens.

Contexto Histórico

Registros documentais fazem referência a assentamentos tupis em algumas áreas do semiárido nordestino durante os séculos XVI e XVII (VIEIRA, s/a: 05; STUART FILHO, 1962 *apud* SILVA, 2003: 187; POMPA, 2003). Para o sertão potiguar, a principal documentação consiste no diário de viagem escrito por Rodolfo Baro (BARO, 1979). Nesse contexto histórico, a presença dos grupos tupi no semiárido nordestino era o resultado das pressões e disputas territoriais, entre as populações nativas e os conquistadores europeus, pelo domínio das terras coloniais.

A viagem de Baro ao sertão dava-se em uma conjuntura na qual os grupos tupinambás, ao invés de fortalecer alianças com portugueses, como no caso de Antônio Filipe Camarão, e os potiguares, ou estabelecer acordos com os holandeses, preferiram se aliar aos grupos tapuias do sertão do Rio Grande. Contudo, não se pode descartar a possibilidade de essas migrações acontecerem antes do século XVII (MACEDO, 2007).

Através do estudo do manuscrito original em francês, o linguista holandês Teensma (2000) conseguiu reconstituir os topônimos adulterados pelo mau registro realizado pelo copista e tradutor francês. Para tanto, o autor comparou a morfologia dos caracteres das palavras da versão francesa com as possíveis palavras em holandês (BORGES, 2010:65). Dessa forma, muitos dos topônimos registrados originalmente por Baro foram estropiados durante a tradução. Assim, vocábulos como Mac(k)aguá são representados como Matiapoa, Montagina, Turracoa e Vvrrarhuua (TEENSMA, 2000: 90).

No século XVII, a serra era denominada como Acauã, ou Macaguá, que se refere ao nome de uma ave rapina muito semelhante ao gavião, comum na região estudada (TEENSMA, 2000). Somente durante o século XVIII é que a grande chapada seria rebatizada como Serra de Santana.

Os Sítios Arqueológicos Relacionados à Cerâmica Tupinambá na Serra de Santana

Durante os anos de 2008 e 2009, foram realizadas pela equipe de Arqueologia do Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da UFPE, atividades de prospecção e escavação de sítios arqueológicos na área da Serra de Santana, concentrando-as nos municípios de Tenente Laurentino Cruz e Santana dos Matos. Dessa forma, foram registrados 6 sítios arqueológicos lito-cerâmicos a céu aberto, todos relacionados à cerâmica tupinambá.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá I

Localizado no topo da Serra de Santana, no município de Tenente Laurentino Cruz-RN, o sítio Aldeia da Serra de Macaguá I caracteriza-se pela presença de 4 manchas húmicas, dispostas de maneira a formar um grande pátio central. O material arqueológico identificado em maior densidade foram fragmentos cerâmicos com bordas reforçadas, apresentando vários tipos de tratamentos de superfície: simples, pintado em vermelho, pintado em vermelho e preto sobre branco e escovado. Os fragmentos líticos identificados constituíam-se em polidores em canaleta, lascas de sílexitos, adornos — como contas de colar em amazonita e quartzo — e um tembetá em amazonita. Também foram coletados artefatos que podem ser inseridos em uma cronologia histórica, como: cerâmica neobrasileira, louça, grés, vidros, metal e contas de colar de vidro (NOGUEIRA, 2011). Contudo, isso não quer dizer que ambas as ocupações estejam relacionadas, uma vez que, segundo morador da região Sr. José da Viola, na área delimitada como sítio arqueológico havia uma antiga casa, hoje abandonada. Dessa forma, os materiais que apresentaram cronologia histórica estariam associados a um dos períodos de ocupação da área delimitada como sítio, e não diretamente relacionados ao contexto arqueológico indígena.

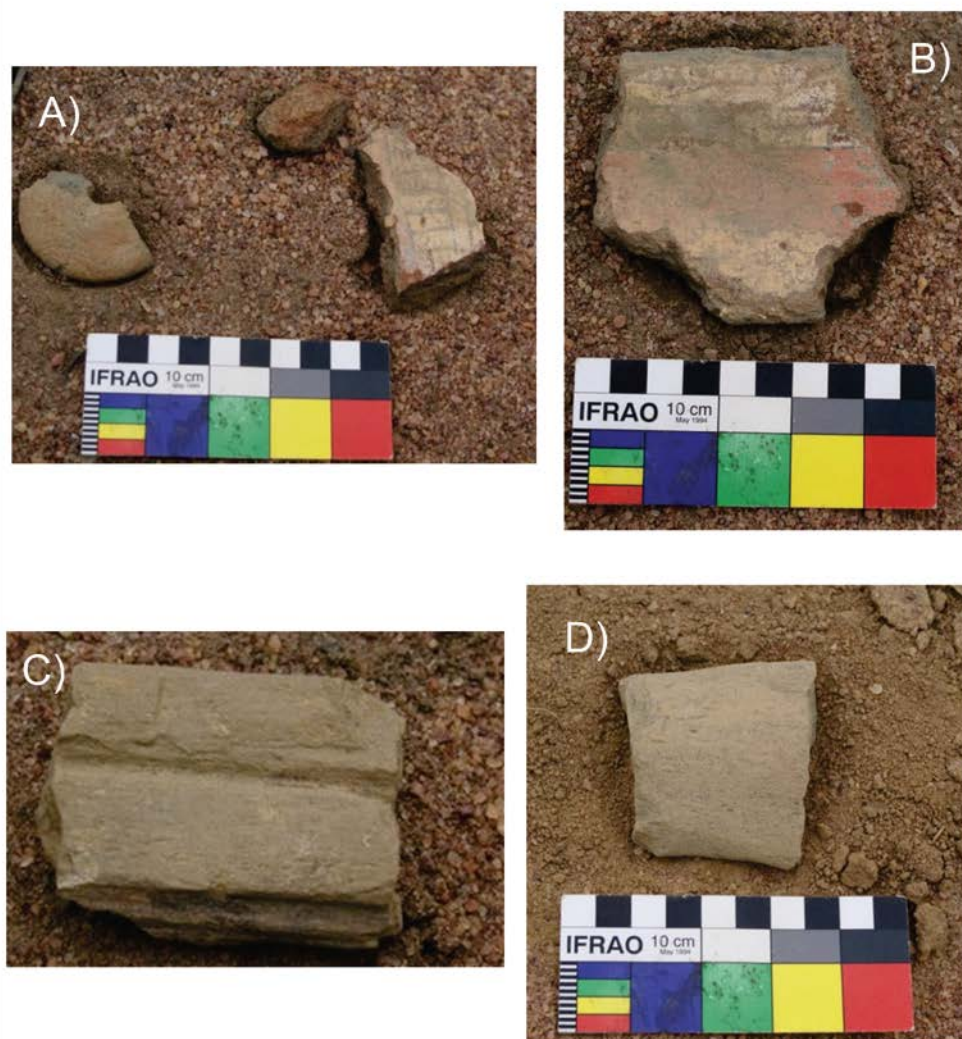


Figura 2: Materiais arqueológicos coletados em superfície: A) e B) Artefatos cerâmicos. Observa-se na figura A um fragmento de fuso; C) Artefato lítico: polidor em canaleta; D) Artefato lítico: alisador. sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, Ten. Laurentino Cruz, RN. Fonte: NEA/UFPE. Fotos: Fábio Mafra, 2009.



Figura 3: Materiais arqueológicos coletados em profundidade: A) Contas de colar: Quadrícula D3, Quadrantes 3 e 4, decapagem 1, Setor II, Área III, Mancha 3; B) Tembetá: Quadrícula C3, Quadrantes 1 e 4, decapagem 1, Setor II, Área III, Mancha 3. C) Contas de vidro azul: Quadrículas C2 e B3, Setor II, Área III, Mancha 3. sítio Aldeia da Serra Macaguá I, Ten. Laurentino Cruz, RN. Fonte: NEA/UFPE. Fotos: Lívia Blandina, 2009.



Figura 4: A) e B) Fragmentos cerâmicos coletados em superfície apresentando decoração pintada. Associação de linhas verticais, horizontais e curvas. Fonte: Nogueira, 2011.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá II

Distante aproximadamente 1,5 km do sítio Macaguá I,² caracteriza-se como uma área de concentração de material cerâmico, com medidas estimadas de 35m de diâmetro. Encontra-se localizado na borda do planalto que forma essa porção da Serra de Santana, em um terreno onde atualmente se cultiva mandioca, próximo ao ginásio da Escola Municipal Silvino Gouveia do Amaral, em Tenente Laurentino Cruz-RN.

Diferentemente do sítio Macaguá I, os fragmentos cerâmicos apresentaram um maior índice de fratura, o que pode ser explicado pelo longo período de cultivo que tem sofrido o terreno onde o mesmo foi registrado. Segundo informações do proprietário do terreno anexo, a propriedade pertence a um senhor que há mais de 50 anos trabalha na terra.

O material cerâmico identificado apresentou características tecnológicas e formais que o relacionam com o sítio Macaguá I: bordas reforçadas e tratamento de superfície pintado (policromia). Tal relação ainda pode ser atestada pela curta distância que separa as duas ocupações.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá III

Caracteriza-se como um sítio lito-cerâmico a céu aberto, distante ± 3 km do sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, no município de Tenente Laurentino Cruz-RN. Está localizado no topo plano do planalto da Serra de Santana. Na área onde se encontra o sítio, existe uma lavoura de mandioca e um curral para gado bovino. Segundo informações recebidas, há mais de 20 anos, foi encontrada no terreno uma vasilha de grandes dimensões, na qual caberia uma pessoa acorada, apontando para a possibilidade de uma urna funerária.

No entanto, o sítio estende-se para outras áreas do terreno, sem uso atual. Dessa forma, foi possível identificar na vistoria realizada 3 áreas de concentração de material cerâmico e lítico polido e lascado. As dimensões estimadas foram: aproximadamente 20 m de comprimento e uma distância de ± 10 m entre cada área de concentração. Possivelmente devido à intensidade do uso da terra, diferentemente do sítio Macaguá I, não foi possível identificar manchas húmicas de concentração de material orgânico.

Por sua vez, os fragmentos identificados apresentaram baixo índice de fragmentação e dimensões com a média de ± 15 cm de comprimento. Os vestígios arqueológicos verificados

apresentaram tipologia similar ao sítio Macaguá I. Os fragmentos cerâmicos apresentaram bordas reforçadas, bordas talhadas e pintura policroma; o material lítico caracterizou-se como lascas líticas (silexitos) e polidores em canaleta (arenitos).

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá IV

Localizado a 5 km do sítio Macaguá I, foi registrado o sítio Aldeia da Serra de Macaguá IV, em Tenente Laurentino Cruz-RN. Caracteriza-se como um sítio lito-cerâmico a céu aberto, com características tipológicas que também o relacionam com a cerâmica tupinambá. Está assentado no topo plano do planalto da Serra de Santana, numa área utilizada como pomar de frutas.

Apesar de apresentar fragmentos de material cerâmico com características tecnológicas que o relacionam com os sítios acima descritos, o sítio Macaguá IV, apresentou duas especificidades que o diferenciam das outras ocupações. A primeira diz respeito à baixa densidade de vestígios cerâmicos identificados, em comparação com número de fragmentos de material lítico. Nesse sítio, além de alisadores e polidores em canaleta, foi identificado um grande número de fragmentos líticos (silexitos), que sugerem atividades de lascamento, associadas ao assentamento.

Além disso, foi registrada a presença de uma grande densidade de material arqueológico com cronologias históricas que se estendem do século XVII até os dias atuais. Esses vestígios são: cerâmica vermelha de torno, grés, faiança grossa e faiança fina, louças, entre outros.

Em posse do proprietário do terreno, encontra-se uma moeda de cobre, datada de 1772. Esse artefato, encontrado na área delimitada como sítio, pode ser utilizado como um marcador cronológico confiável para datação relativa do mesmo, já que coincide com o registro documental que relata o povoamento da região. Vale ainda comentar que o terreno pertence a um dos descendentes diretos dos primeiros povoadores da região, conhecidos como a Família “Capitão”.

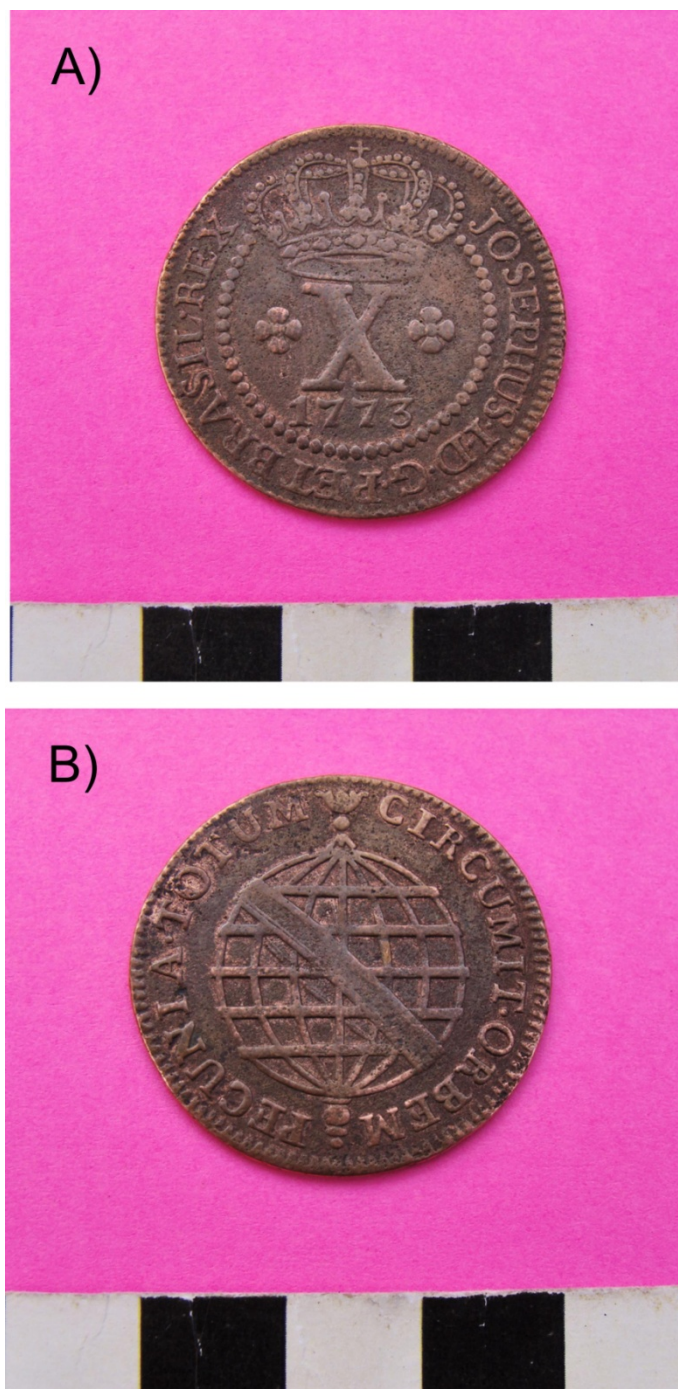


Figura 5: Moeda do século XVIII encontrada nas imediações do sítio Macaguá IV. Em posse do proprietário do terreno. Tenente Laurentino Cruz-RN. Fonte: NEA/UFPE. Fotos: Fábio Mafra, 2009.

Devido ao longo período de ocupação histórica, o material arqueológico que apresentou tecnologia pré-histórica estava fragmentado e disperso no terreno. Por esse motivo, foi possível apenas identificar uma grande área de dispersão de vestígios, com ± 80 m de diâmetro.

Contudo, mesmo levando em consideração o estado avançado de degradação do sítio, sua relevância fica clara quando se pensa na questão do processo histórico de povoamento da Serra de Santana e a relação desse processo de conquista com as populações autóctones.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá V

Encontra-se localizado no município de São Vicente-RN. Caracteriza-se como um sítio lito-cerâmico a céu aberto, localizado no topo plano da Serra de Santana. A área onde o mesmo se encontra é atualmente utilizada para a plantação de capim-elefante (*Pennisetum purpureum*), utilizado na alimentação do gado bovino.

O sítio foi identificado por um trabalhador da propriedade que durante limpeza do terreno para o plantio encontrou, a aproximadamente 20 cm de profundidade, partes de uma vasilha cerâmica. O recipiente cerâmico apresentou borda reforçada sem pintura, bojo carenado e dimensões superiores a 20 cm. Pelas suas dimensões, a identificação do fragmento sugeria a presença de uma possível estrutura em subsolo ou até mesmo de um vasilhame completo. O registro de tais estruturas, comuns aos sítios filiados à cerâmica tupinambá, está relacionado às práticas socioeconômicas realizadas pelos grupos indígenas portadores dessa tradição cerâmica (SCATAMACCHIA, 1996; BROCHADO, 1991; FERNANDES, 2004).

O local encontra-se coberto por uma densa vegetação rasteira, dificultando a visualização do terreno. Contudo, durante a vistoria, foi possível identificar 2 manchas húmicas que variam em torno de 40 m a 70 m de comprimento, por 25 m de largura. A distância verificada entre elas é superior a 60 m. Na mesma área, existe uma casa abandonada distante aproximadamente 500 m da segunda mancha húmica. Porém, durante as atividades arqueológicas não foi possível registrar as ruínas da construção. Tal construção era a antiga casa do pai do proprietário do terreno. O mesmo conta que, quando pequeno, ouvia as histórias sobre a grande quantidade de “cacos de panela de barro” que seu pai jogava fora sempre que encontrava, pensando que fossem obras de rituais de magia negra — na verdade rituais afro-brasileiros (umbanda, catimbó, xangô, etc.).

Uma das manchas húmicas registradas — Mancha 2 — encontra-se destruída pelo cultivo mecanizado do terreno, sendo visível apenas um esboço dos seus limites. No interior e no entorno da mesma, foi registrada uma baixa densidade de vestígios arqueológicos, entre os quais alguns fragmentos cerâmicos e restos de carvão dispersos. A outra mancha — Mancha 1

— localiza-se na estrada que dá acesso ao sítio. Contudo, por não ser um local de grande tráfego, a área apresentou um bom estado de conservação, sendo registrada a presença de material cerâmico com pintura policroma, aflorando na superfície da mesma.

O sítio Aldeia da Serra de Macaguá V apresentou áreas com distintos graus de conservação, sendo possível apenas traçar um esboço dos limites das manchas húmicas identificadas. O cultivo intensivo e mecanizado do terreno contribuiu para a deterioração da Mancha 2 e para a provável dissipação dos vestígios no entorno da área cultivada. A área identificada como mais promissora é a Mancha 1, localizada na estrada, que, devido ao seu pouco uso, apresentou um sedimento de coloração cinza e textura compacta, além de vestígios cerâmicos aflorando na mesma.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá VI

Caracteriza-se como um sítio lito-cerâmico a céu aberto, localizado no município de Tenente Laurentino Cruz-RN. Também se encontra assentado na borda da chapada da Serra de Santana, área atualmente utilizada para o plantio de mandioca, milho e capim. O sítio encontra-se bastante perturbado, já tendo sofrido processos de queima e arado mecanizado, o que dificultou a identificação de possíveis áreas de ocupação (manchas húmicas).

Foi identificada uma área de concentração de materiais arqueológicos, porém a mesma pode ter sido formada pelo uso contínuo do arado, já que o sítio encontra-se em área intensamente cultivada. O constante revolvimento de terra para o plantio pode ter perturbado a disposição espacial do material arqueológico, o qual se encontrava disperso numa grande área sem apresentar limites bem definidos nem associação a alguma mancha húmica. Contudo, os fragmentos identificados apresentaram baixo índice de fragmentação e dimensões com a média de ± 20 cm de comprimento, o que demonstrou certa conservação quanto aos vestígios cerâmicos, indicando que a área foi recentemente perturbada.

Os vestígios arqueológicos identificados apresentaram uma tipologia similar à dos outros sítios a céu aberto já registrados na região e vinculados à cerâmica tupinambá. Os fragmentos cerâmicos apresentaram bordas reforçadas e pintura policroma e, em alguns casos foram registrados fragmentos que permitiram, por sua vez, a identificação das formas dos vasilhames.



Figura 6: A) Concentração de fragmentos cerâmicos; B) Fragmento cerâmico com vestígios de pigmento branco, vermelho e preto; C) Fragmentos cerâmicos: borda reforçada. sítio Aldeia da Serra de Macaguá VI, Tenente Laurentino Cruz-RN. Fonte: NEA/UFPE. Fotos: Fábio Mafra, 2009.

Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá VII

Caracteriza-se como um sítio lito-cerâmico a céu aberto, distante ± 2 km do sítio Macaguá I, no município de Tenente Laurentino Cruz-RN. Está localizado no topo plano do planalto da Serra de Santana, onde atualmente existe uma lavoura de mandioca e árvores frutíferas (cajueiros, mangueiras, coqueiro).

Foi possível identificar 1 área de concentração de material cerâmico. O material cerâmico identificado apresentou características tecno-tipológicas que o relacionam com os outros sítios identificados na região: bordas reforçadas e tratamento de superfície pintado (policromia). Tal relação é ainda indicada pela curta distância que separa as duas ocupações.

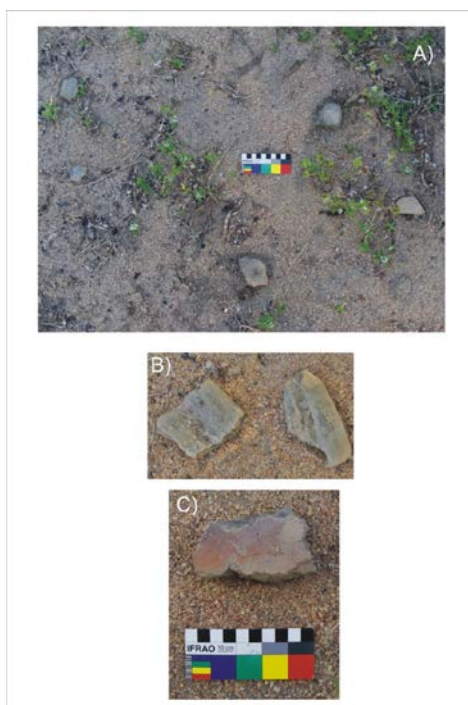


Figura 7: A) Fragmentos cerâmicos dispersos e associados a fragmentos de carvão recente (coivara); B) Fragmentos de cerâmica: o da esquerda com vestígios de decoração policroma, o da direita com borda reforçada; C) Fragmento cerâmico: com vestígios de pigmento vermelho. sítio Aldeia da Serra de Macaguá VII, Tenente Laurentino Cruz-RN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sítios arqueológicos registrados na área da Serra de Santana inserem-se em um contexto que vem confirmando a expansão territorial do grupo cultural representado por esta tradição ceramista, ampliando a perspectiva do conceito de *Cultura da Floresta Tropical*. Com isso,

procurou-se comprovar que a cerâmica tupinambá não estava restrita apenas às áreas florestadas, mas que ocupava os diversos tipos de ambiente que suportassem o estilo de vida dos grupos culturais à qual esteve vinculada.

Por outro lado, o registro documental aponta tais regiões como áreas de refúgio para os tupinambás históricos, que, fugidos do litoral, buscavam territórios livres da dominação, onde pudessem estabelecer seu modo de vida. No entanto, a densidade de sítios registrados no contexto do semiárido e a seleção de lugares específicos, nos quais é possível o estabelecimento de uma cultura da floresta tropical, demonstram um “reconhecimento” geográfico que pode indicar antigas rotas de povoamento, as quais ainda não foram bem estabelecidas no Nordeste brasileiro. Dessa forma, a presença da cerâmica tupinambá na área arqueológica do Seridó aponta para duas possibilidades de interpretação, que só poderão ser verificadas com a continuidade das pesquisas e a definição de uma cronologia para os novos sítios registrados.

As pesquisas na Serra de Santana poderão, futuramente, responder essas questões e caracterizar um domínio de uso territorial dos grupos filiados à cerâmica tupinambá no sertão do Seridó potiguar. Além de contribuir para o refinamento do conceito de área arqueológica do Seridó, com a identificação de dois padrões de assentamentos distintos e relacionados à diferentes grupos culturais: a ocupação da Depressão Sertaneja por grupos caçadores-coletores e a ocupação de planaltos e chapadas, com condições climáticas favoráveis para o cultivo de mandioca por grupos ceramistas e horticultores, relacionados à cerâmica tupinambá. No entanto, essas afirmações só podem, até o presente momento e o andamento das pesquisas realizadas, serem consideradas como hipóteses de trabalho, que guiarão as pesquisas futuras na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz. 1994 “No domínio das caatingas”. In: MONTEIRO, Salvador & KAZ, Leonel (orgs.). Caatinga. Sertão, Sertanejo. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento/Livro arte Editora.

AB'SÁBER, Aziz. 2003. Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial.

ALBUQUERQUE, Marcos e VELEDA, Lucena. 1991. “Caçadores-coletores no agreste pernambucano: ocupação e ambiente holocênico”. Revista Clio – Série Arqueológica. Recife, n. 4, 73–74.

BARO, Roulox. 1979. História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, USP.

BARROS, Silvana D. Souza. 1998 Aspectos morfo-tectônicos nos platôs de Portalegre, Martins e Santana/RN. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

BORGES, Fabio Mafra. 2010. Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa Do Umbuzeiro: Caracterização de um padrão de assentamento na área arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas - RN, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

CAVALCANTI, Alice A. 1982. A Tradição Agreste: Análise de 20 Sítios de Arte Rupestre em Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

GUIDON, Niède. 1989. “Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, PI, Brasil”. Revista Clio – Série Arqueológica. Recife, n. 05, 05–10.

LATHRAP, Donald W. 1975. O Alto Amazonas. Lisboa: Editorial Verbo.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. 2007. Uma viagem pela geografia botânica e pela história do Seridó, Rio Grande do Norte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

MARTIN, G. 2008. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária, UFPE.

MENEZES, Maria R. Ferreira de. 1999 Estudos sedimentológicos e o contexto estrutural da formação Serra do Martins, nos platôs de Portalegre, Martins e Santana/RN. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

NETO, Luiz Dutra de Souza; BERTRAND, Daniel. 2005. “Mapeamento dos sítios arqueológicos do município de Florânia/RN”. *Mneme - Revista de Humanidades*. Caicó, n.15. v. 7, 1–36.

NOGUEIRA, Mônica. 2011. A Cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN: O Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá I. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

NOELLI, F. S. 1993. Sem Tekhoa não há Tekó (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí, Rio Grande do Sul). Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

PESSIS, Anne-Marie. 1989. “Apresentação Gráfica e Apresentação Social na Tradição Nordeste de Pintura Rupestre do Brasil”. *Revista Clio – Série Arqueológica*, n. 05, 11–18.

POMPA, Cristina. 2003. Religião como tradição: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru: Editora EDUSC.

Pronapa. 1969. “Arqueologia brasileira em 1968: Um relato preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas”. Publicações avulsas. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, n.12.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Ribeiro. 1990. A Tradição Policroma no Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas. Tesede Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SILVA, Kalina Vanderlei. 2003. Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte. Idema – Instituto de Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente. 2003. Perfil do Seu Município. Natal: IDEMA.

TEENSMA, B. N. 2000“O Diário de Rodolfo Baro (1647). Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte”. In: S. de ALMEIDA, M. GALINDO e J. ELIAS (orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas 2. Maceió, AL: EDUFAL, 81–99.

VIEIRA, Padre Antonio. Relação da Missão da Serra de Ibiapaba. s/a.

NOTAS

¹Os sítios arqueológicos relacionados à cerâmica tupinambá identificados no município de Florânia são apresentados como resultados parciais inseridos no *Projeto Arqueológico do Município de Florânia-RN*, coordenado pelo arqueólogo Luiz Dutra de Souza Neto. O objetivo do projeto consistia em realizar um estudo do processo ocupacional do município ao longo da história (NETO e BERTRAND, 2005).

²Para fins de leitura, utilizaremos apenas o nome sítio Macaguá I para nos referirmos ao sítio arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá I.